



Ano XV | nº6 | bimestral | 10

JUNHO
2004

notícias da Federação

Breves p.2

Editorial p.3

VII congresso da FNE p.4

Regime jurídico
do pessoal Não Docente p.12

O caos instalado nos
concursos p.14

Professores Contratados
não são docentes de
segunda p.15

ISSET
Licenciaturas em
Educação p.16



JUNHO
2004

notícias da Federação

Jornal da FNE

Ano XV | nº 6 Junho 2004

Preço : 1Euro

Periodicidade

Bimestral

Proprietário:

Federação Nacional dos Sindicatos da Educação

Director:

João Dias da Silva

Colaboradores:

Maria Armanda Bragança

João Ramalho

Design Gráfico:

Paula Melo

Sindicatos Membros

Sindicato dos Professores da Zona Norte

Sindicato dos Professores da Zona Centro

Sindicato Democrático dos Professores da Grande

Lisboa

Sindicato Democrático dos Professores do Sul

Sindicato Democrático dos Professores dos Açores

Sindicato Democrático dos Professores da Madeira

Sindicato dos Professores das Comunidades Lusíadas

Sindicato Nacional dos Delegados e Subdelegados

Escolares

Sindicato dos Técnicos, Administrativos e Auxiliares de

Educação da Zona Norte

Sindicato dos Técnicos, Administrativos e Auxiliares de

Educação da Zona Centro

Sindicato dos Técnicos, Administrativos e Auxiliares de

Educação da Zona Sul e Regiões Autónomas

Impressão:

Tipografia Nunes

Rua Novo Horizonte, 313, Frejute

4475-839 Maia

nunesig@mail.telepac.pt

Redacção:

Rua Costa Cabral 1035,

4200-226 Porto

tel. 22 507 38 80 | fax 22 509 29 06

fne@mail.telepac.pt

Distribuição:

FNE

Registo na D.G.C.S.

Nº 115519

Nº Depósito Legal

53657/92

tiragem: 50 000

breves

FNE INDIGNADA COM A FORMA COMO A LEI DE BASES FOI APROVADA

A FNE manifestou a sua “profunda indignação” quando no dia 20 de Maio a Assembleia da República aprovou, apenas com os votos da maioria parlamentar que sustenta o Governo a nova Lei de Bases da Educação.

Na altura, a FNE lembrou que a nova LBE “não pode ficar sujeita à tirania de uma maioria parlamentar conjuntural de suporte a um Governo”. Por isso, a FNE, na linha da moção aprovada, por unanimidade e aclamação, no seu último Congresso, realizado no passado mês, no Porto, disse “não” a esta imposição do Governo. A propósito, reafirmou que “sujeitarmo-nos a uma tal fronteira e a tais limites é castrar a possibilidade de encontrarmos soluções de qualidade, de futuro, de consenso e de estabilidade”.

FNE REUNIU COM MINISTRA DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR

No dia 15 de Junho, uma delegação da FNE constituída pelo secretário-geral João Dias da Silva, pela vice-secretária-geral Conceição Alves Pinto, pelo presidente do STAAEZ Centro João Ramalho e pelos secretários nacionais Gabriel Constantino e Henrique Gil reuniu com a Ministra da Ciência e do Ensino Superior.

Neste encontro, a FNE, para além de reivindicar, uma vez mais, a resolução do problema da falta de legislação sobre a atribuição do subsídio de desemprego, considerou que a revisão dos estatutos das carreiras dos docentes do ensino superior se revela inadiável, mas devendo dispor do tempo adequado ao seu debate, pelo que recusou a sua disponibilidade para uma “negociação” apressada que pudesse ocorrer durante o Verão.

FNE REÚNE COM PRESIDENTE DA REPÚBLICA

O Presidente da República recebe a FNE no dia 25 de Junho, para receber os documentos aprovados pelo Congresso em 22 e 23 de Abril. Na altura, a nova direcção da FNE agradecerá também a mensagem que Jorge Sampaio enviou ao nosso Congresso e apresentará a perspectiva com que analisa o encerramento deste ano lectivo e a preparação do próximo ano lectivo.

Um fim de ano atribulado

O ano lectivo de 2003/2004 acaba de uma forma atribulada, deixando toda a sociedade perplexa perante tanta inabilidade política e tão grande falta de sentido ético na condução da acção política.

A Lei de Bases da Educação foi aprovada com os votos de uma maioria conjuntural, transformado o que devia ser uma lei-quadro estruturante e duradoura numa legislação sem ambição e sem futuro.

O processo de concursos de colocação de professores foi conduzido de uma forma tão inconsequente, sem preparação cuidada e com tanto desrespeito pelos professores que só produziu angústia e insatisfação, para além de um desnecessário descrédito num sistema que já há muitos anos não era factor de perturbação no funcionamento do sistema educativo.

A revisão do estatuto dos técnicos, administrativos e auxiliares de educação nas escolas traduziu-se numa solução que desrespeita a lei ao não garantir a vinculação dos trabalhadores em contrato administrativo de provimento e ao provocar a instabilidade e a precariedade de emprego nas escolas através da introdução do regime do contrato individual de trabalho como única forma de provimento na administração pública na área da educação.

A revisão da lei orgânica do Ministério da Educação traduz-se, para algumas dezenas dos seus técnicos, na sua passagem ao quadro de excedentários, com todas as consequências negativas que uma tal situação produz, sendo indispensável garantir que todos sejam tratados como pessoas e particularmente reconhecendo-lhes as competências que foram adquirindo em contexto de trabalho.

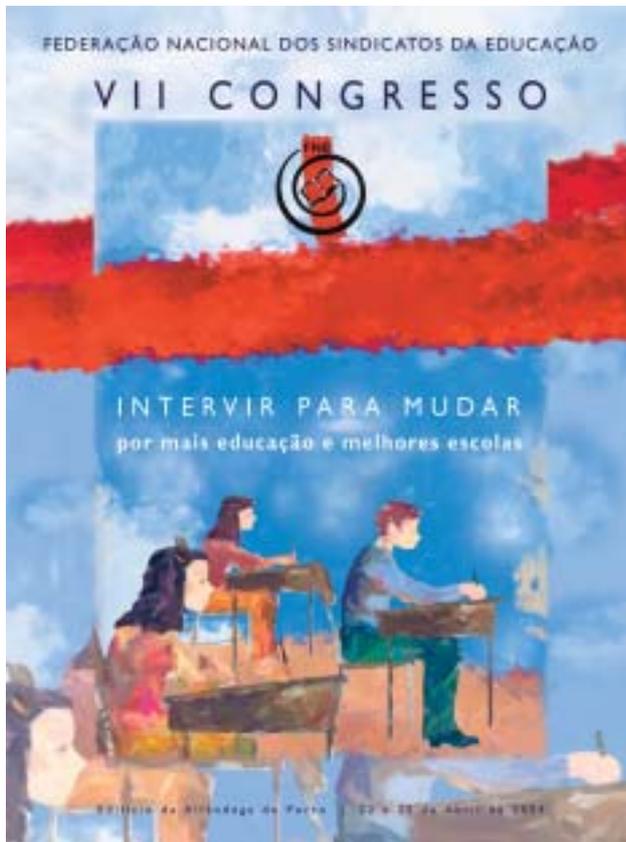
Os estatutos dos professores do ensino superior viram-se uma vez mais sem a revisão há tanto prometida e sistematicamente adiada por todos os Governos.

Terminamos o ano com o sentimento amargo de que os nossos responsáveis políticos revelaram uma incapacidade inaceitável para gerirem as mudanças de qualidade que o nosso sistema educativo impõe. Desta incapacidade resultam prejuízos que terão reflexos por muitos anos.

Não há mais tempo a perder para exigir que destes sinais se extraiam as consequências adequadas.

VII CONGRESSO DA FNE

“Intervir para mudar – por mais e melhores escolas”



Nos dias 22 e 23 de Abril decorreram os trabalhos do VII Congresso da FNE nas instalações da Alfândega do Porto. Cerca de 600 delegados dos onze sindicatos que constituem esta Federação, reflectiram e debateram a acção dos últimos três anos e perspectivaram as linhas de intervenção político-sindical para o próximo quadriénio. Foram, também, eleitos os Corpos Gerentes da Federação para o período 2004-2008.

Estiveram presentes várias delegações estrangeiras que, durante os trabalhos, foram convidadas a dirigir algumas palavras aos congressistas.

Os trabalhos iniciaram-se com a intervenção da Secretária-Geral, Manuela Teixeira, que fez a apresentação do Relatório de Actividades do triénio de 2001 a 2004

DA INTERVENÇÃO DA MANUELA TEIXEIRA NO INÍCIO DO CONGRESSO DA FNE

Este triénio fica marcado pelo adiamento de muitas soluções e por um recurso frequente à greve que não corresponde à prática habitual da Federação. Em 3 anos lideramos 4 greves.

Devemos ter em conta que a situação económica do País conduziu ao abandono do Governo por parte do Partido Socialista tendo esse Governo permanecido em gestão entre Dezembro de 2001 e Abril de 2002 com toda a paralisação de acção governativa que tal comporta. O Governo que se lhe seguiu, em nome do deficit excessivo das contas públicas, assumiu uma política extremamente restritiva com reflexos

particularmente brutais sobre os funcionários públicos.

Se estes factos podem explicar as enormes

Este triénio fica marcado por um recurso frequente à greve que não corresponde à prática habitual da Federação

dificuldades de negociação, a verdade é que, nesta conjuntura, se tornava particularmente relevante que as políticas sectoriais fossem desenvolvidas num esforço de consenso onde pudéssemos compreender que os sacrifícios de hoje seriam compensados com as medidas

VII CONGRESSO DA FNE

INTERVENÇÃO DA MANUELA TEIXEIRA

que se tomavam para o futuro. Seria, assim, importante que nos sentíssemos todos a participar na construção de um futuro melhor. Não é isto, porém, que está a acontecer na Administração Pública em geral e no sector da Educação em particular.

Total paralisação negocial no ensino superior

O esforço de concertação social que reconheço ao Governo em algumas áreas – e que se tem traduzido em múltiplos debates e aproximação de posições no quadro da Comissão Permanente de Concertação Social – tem estado completamente ausente da lógica política dos Ministérios responsáveis pela área da Educação.

Poderemos admitir, com muito boa vontade, que a Ministra da Ciência e do Ensino Superior – que tomou posse há escassos 6 meses – não tenha, ainda,

encontrado tempo para um diálogo sério e uma negociação efectiva com as organizações sindicais do sector. Depois de uma primeira reunião promissora de diálogo, a Ministra – mais da Ciência do que do Ensino Superior – não manteve nenhum contacto com os representantes dos trabalhadores da Educação. É tempo de que Maria da Graça Carvalho reconheça que as mudanças exigem diálogo e participação.

Quanto a David Justino podemos afirmar que é um Ministro que decide sozinho e que tem da Educação uma visão redutora e perigosa.

Recorde-se que uma das suas primeiras medidas foi a publicação de um ranking de escolas com uma base “dita” científica e que é a negação completa de uma ideia de escola que integra, educa e instrui. O erro deste estudo foi tão clamoroso que os órgãos de comunicação social que o vinham exigindo tiveram que o criticar.

Mas a ideia do Ministro estava claramente explicitada: as escolas deveriam ser avaliadas pelos resultados em exames sem se ponderarem os constrangimentos específicos e os públicos servidos por cada escola.

Quanto a David Justino podemos afirmar que é um ministro que decide sozinho e que tem da educação uma visão redutora e perigosa



E quando hoje o vemos a anunciar a intenção de introduzir exames no fim do 6º ano e até, talvez, no fim do 4º ano de escolaridade podemos concluir que existe uma coerência terrível na sua visão da educação. David Justino está só preocupado com as aprendizagens testáveis por exames... Não está preocupado com as

VII CONGRESSO DA FNE

outras dimensões do trabalho que se espera que as escolas desenvolvam nem sequer com o tempo de que cada um necessita para atingir um desenvolvimento intelectual suficiente.

Claro que estas suas opções contam com alguns apoios. Esses apoios vêm de sectores de uma população adulta com graus académicos superiores, preocupada pelo acesso dos seus filhos à Universidade e pouco preocupada com a função integradora e socializadora da escola; uma população adulta que não tem obrigação de dominar as Ciências da Educação e que nunca se interrogou sobre as diferenças que existem entre a população maioritária da escola que frequentou e aquela que hoje frequenta nossas escolas.

A FNE, fiel ao espírito do 25 de Abril, sentindo-se responsável pela construção de uma escola que contribua para o desenvolvimento do país como um



todo, não pode deixar de denunciar esta orientação.

Mas este Ministro não tem, apenas, e já era bastante mau, uma perspectiva da escola que põe em causa um percurso de 30 anos. Este Ministro trata a educação como se ela fosse um negócio da sua exclusiva propriedade. Se os outros, quase todos os outros, não estão de acordo com ele isso tem pouca importância: dispõe-se a fazer aprovar uma Lei de Bases da Educação sustentada, apenas, pelos Partidos

INTERVENÇÃO DA MANUELA TEIXEIRA

do Governo e a levar por diante as suas ideias alienando o apoio dos profissionais da Educação a quem cabe implementar as medidas que ele próprio define.



Um Ministro que adia

Mas o plano tornado público veio revelar, mais uma vez, uma das marcas características da política de David Justino : ele é o Ministro que adia...

Adiou a entrada em vigor dos novos currículos do ensino secundário para apresentar dois anos depois novos currículos que diminuem brutalmente a carga horária das diferentes disciplinas e que criam uma nova disciplina para a qual, para já, não se definem condições minimamente sérias de sucesso.

Adiou a aplicação do Regime Jurídico do Pessoal não Docente das Escolas tendo, desde o início, anunciado a sua determinação de o alterar para o subverter. Aliás, o modo como esta equipa olha para o papel do pessoal não docente das escolas é altamente congruente com a sua visão da escola como um espaço em que apenas se ensinam matérias que serão sujeitas a exames...

Adiou a implementação de um Plano de Apoio nas áreas de Português e de Matemática que constava, aliás, do programa de Governo que integra.

VII CONGRESSO DA FNE

E em matéria de adiamentos o plano de combate ao insucesso e ao abandono escolar precoce é a sua verdadeira obra prima. O plano apresentado ao País com pompa e circunstância é, de facto, o plano de adiar esse combate para depois de 2006.

E, no entanto, **o país não suporta estes adiamentos...**

Uma opinião pública exigente e crítica da escola

Estes debates conduziram à elaboração de propostas que fizemos ao Governo e aos Partidos Políticos com assento parlamentar.

Emitimos múltiplos pareceres e participamos em várias reuniões com parceiros educativos de que destacamos as reuniões com a Comissão Parlamentar da Educação.

Negociámos até ao limite o que era possível negociar. Quando as decisões políticas decorreram de negociações sérias defendemos as soluções adoptadas mesmo quando, na execução das medidas concretas, se registaram alguns erros, como foi o caso do Concurso do pessoal docente.

No nosso percurso percurso sindical tivemos consciência de que mais importante do que a vitória concreta é a determinação de NUNCA DESISTIR de a alcançar.

Temos consciência de que este diploma de concursos – que pode e, possivelmente, deve ainda sofrer algumas correcções – é bem melhor do que aqueles que o precederam. Com ele foi possível acabar

INTERVENÇÃO DA MANUELA TEIXEIRA

com o drama dos mini-concursos e aumentar a transparência garantindo que o preenchimento de lugares se fará, do início ao termo do concurso, em rigoroso cumprimento da lista graduada.

Em todas as circunstâncias procurámos defender, até ao limite das nossas forças, os trabalhadores que representamos e que nos confiaram este mandato que agora chega ao seu termo.

Cumprir Abril:

Os desafios do futuro e o Movimento sindical

Não poderia, contudo, terminar esta intervenção sem evocar que este Congresso tem lugar nas vésperas do trigésimo aniversário da Revolução de Abril. Foi esta Revolução que nos permitiu nascer como Sindicatos livres e independentes.



Cinco dias depois do 25 de Abril nascia, nesta cidade do Porto, o primeiro Sindicato dos Professores que é, aliás, um dos fundadores da nossa Federação.

Se olharmos para trás podemos reconhecer os

CONGRESSO DA FNE INTERVENÇÃO DE MANUELA TEIXEIRA

enormes benefícios que a gesta dos capitães de Abril nos proporcionou.

O futuro aparece-nos como um enorme desafio. Em nome de todos os professores que se encontram

Se olharmos para a nossa história de 22 anos podemos dizer que também nós temos cumprido Abril

hoje no desemprego, e que constituem a minha maior preocupação, em nome de todas as gerações que merecem uma escola melhor, em nome de todos os trabalhadores da Educação que confiam em nós, apesar das dificuldades com que o presente nos confronta, não me cabe mais do que afirmar a minha confiança inquebrantável no trabalho do Movimento Sindical para a construção de um futuro mais justo e muito mais solidário. ■

Seguiram-se numerosas intervenções dos delegados sobre este ponto da Ordem de Trabalhos e, no final, o Relatório de Actividades foi aprovado por unanimidade e aclamação. Entrando no segundo ponto da Ordem de Trabalhos, o Vice Secretário Geral, José Ricardo, apresentou a “Proposta de Revisão Estatutária”. Depois de um curto debate, procedeu-se à votação verificando-se poucas divergências quanto às propostas apresentadas.

No início dos trabalhos do segundo dia o Presidente da Mesa anunciou que tinha dado entrada apenas uma lista concorrente às eleições. O acto eleitoral decorreu ao longo da manhã, entre as 9h00 e as 12h00.

O Plano de Acção para o quadriénio 2004-2008 foi apresentado pelo **João Dias da Silva**. O debate deste ponto foi muito participado e vivo, tendo sido aprovado por maioria com uma abstenção.

Foram lidas algumas mensagens enviadas ao Congresso, nomeadamente a do Presidente da República:

Felicitó a Federação Nacional da Educação pelo seu VII Congresso.

A educação tem sido um dos sectores prioritários da minha acção. No dialogo com os protagonistas e parceiros do processo educativo, tenho procurado conhecer o caminho percorrido, os problemas das escolas, a situação das crianças e das famílias Portuguesas.

Tenho a consciência de que há ainda muito trabalho a realizar. Peço o vosso empenhamento para que, em conjunto com os parceiros, seja possível alcançar novas metas e vencer dificuldades. A dimensão dos desafios que se colocam hoje à educação exige de todos os agentes e parceiros educativos um grande esforço.

Penso que há que aprofundar as razões que determinam a situação que vivemos, designadamente a persistência de níveis elevados de abandono escolar e a dificuldade em melhorar a eficácia na organização das aprendizagens. Temos de identificar obstáculos, sem desvalorizar os progressos realizados nem o esforço investido por muitos dos profissionais da educação.

Trinta anos depois da Revolução de Abril, é preciso que o acesso à educação formal e não formal, porventura um dos bens mais preciosos que a Revolução nos trouxe, se alargue de modo decisivo aumentando o número de jovens e adultos abrangidos por processos de educação/formação motivadores

CONGRESSO DA FNE MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

e com qualidade.

É preciso encontrar respostas aos novos desafios educativos da nossa sociedade, progredindo de modo decisivo na qualidade das suas ofertas e no processo de democratização.

A complexidade dos problemas existentes obrigam-nos a encontrar novos caminhos de inovação e exigência. Há que vencer a nostalgia relativamente ao passado porque a escola de então não servia a democracia porque excluía grande parte das crianças e dos jovens, porque segregava precocemente e sem uma formação básica consolidada os alunos das duas vias de ensino, porque nela se aprendia o autoritarismo em vez da democracia.

A escola de que necessitamos tem de olhar, decididamente, para o futuro.

É fundamental partir de um bom conhecimento do presente e da avaliação das políticas, dos protagonistas e das práticas existentes. É, ainda, essencial a clarificação de metas, a partilha do debate sobre o futuro da educação com os profissionais. Os caminhos da integração e da qualidade são difíceis e exigem mais esforço de todos os parceiros. É preciso passar pelo envolvimento destes e evitar a desvalorização dos esforços realizados.

A escola de que necessitamos tem de ser, simultaneamente, inclusiva e exigente tem de ser capaz de construir uma autoridade clara e democrática, e tem de oferecer a todos educação de qualidade.

Faço, por isso, votos dos maiores êxitos para os trabalhos que realizarão ao longo destes dias. ■

Foram apresentadas e votadas 5 Resoluções: “**Contra o abandono Escolar e pelo sucesso escolar**”; “**Contra o Terrorismo – Pela Liberdade, pela Paz e pela Democracia**”; “**Por uma União Europeia mais forte e mais Solidária**”; “**Pela Preservação das Conquistas que o 25 de Abril Permitiu**” e “**Nova Lei de Bases da Educação**”.

Depois de o Presidente da Mesa do Congresso ter anunciado os resultados das eleições e antes de se dar início à sessão de encerramento teve lugar uma participada e emotiva homenagem a Manuela Teixeira e Luís de Melo, que abandonam a sua longa actividade sindical na FNE. Viveram-se momentos de grande emoção e o trabalho desenvolvido pelos dois sindicalistas teve o reconhecimento merecido dos delegados presentes.

Na sessão de encerramento teve, em primeiro lugar a palavra o Ministro da Educação David Justino.

Seguiu-se uma intervenção do João Proença, Secretário Geral da UGT, que articulou de um modo muito incisivo as grandes questões do desemprego e da Educação em Portugal.

VOTAÇÕES

Relatório de Actividade | Aprovado por unanimidade e aclamação

Plano de Acção | Aprovado por maioria e 1 abstenção

Eleições – Lista única | VOTOS SIM - 534 | VOTOS NÃO - 14
VOTOS NULOS - 12 | VOTOS BRANCOS - 10

Resoluções

“**Contra o abandono Escolar e pelo sucesso escolar**” | UNANIMIDADE;

“**Contra o Terrorismo – Pela Liberdade, pela Paz e pela Democracia**” | UNANIMIDADE; “**Por uma União Europeia mais forte e mais Solidária**” MAIORIA; VOTOS CONTRA - 8 | ABSTENÇÕES - 17;

“**Pela Preservação das Conquistas que o 25 de Abril Permitiu**” | UNANIMIDADE; “**Nova Lei de Bases da Educação**” | UNANIMIDADE E ACLAMAÇÃO

CONGRESSO DA FNE

O Congresso encerrou com o discurso do novo Secretário Geral da Federação, João Dias da Silva.



Perdem tempo aqueles que estão à espera que a nova direcção da FNE esteja a partir daqui disponível para concessões que mudem o seu rumo de presença na sociedade. Neste momento de renovação de dirigentes, importa sublinhar perante todos que a **FNE mantém inquebrantável a sua orientação no sentido da defesa dos valores da solidariedade, da democracia, da paz e da justiça social.**

Quero desde já anunciar que **oferecemos a nossa disponibilidade para o diálogo**; oferecemos a nossa disponibilidade para a concertação; oferecemos o nosso saber e a nossa experiência para que as soluções que venham a ser encontradas sejam as mais ajustadas às necessidades de desenvolvimento nacional, à melhoria das nossas escolas e à dignificação e mobilização de todos os trabalhadores que representamos.

Podem contar os nossos parceiros de acção político-sindical com a tradicional lealdade aos acordos que firmamos. Mas fiquem também cientes que exigimos, em contrapartida, a mesma lealdade aos

INTERVENÇÃO DO JOÃO DIAS DA SILVA

compromissos e aos acordos. **Só pode haver negociação leal, profícua e proveitosa, quando os que se sentam em sede de negociação podem contar com reciprocidade de empenhamento nos resultados e de lealdade no enfrentar das consequências.**

Mas também podem os governos, o actual e os que se lhe seguirem, contar com a determinação da FNE na busca da obtenção dos objectivos que prossegue; podem contar com a voz forte e firme de indignação e de protesto sempre que tal for necessário para demonstrar a nossa rejeição de quaisquer medidas que ponham em causa a direcção que escolhemos. Não nos tolherão, a este nível, quaisquer peias que sejam de natureza diferente do que deve ser a acção sindical.

Podem contar os Trabalhadores que representamos com a inteira disponibilidade e com a mais completa mobilização dos dirigentes que aqui elegeram para darem o melhor de si para os defenderem nos mais variados espaços e tempos de intervenção.

Há 30 anos atrás, a Revolução do 25 de Abril permitiu que a liberdade fosse devolvida ao povo. 30 anos volvidos, saudamos, quer a madrugada libertadora, quer o desenvolvimento que Portugal conheceu de então para cá. Saudamos e queremos fortificar a democracia que nos pertence.

Mas o 25 de Abril também foi na educação. Ganhámos uma escola para todos e que tem que dar condições de sucesso para todos. Ganhámos uma escola que reconhece e dignifica os seus trabalhadores. Ganhámos uma escola que é de parceria e de corresponsabilização. Ganhámos uma escola que é pluridimensional e portanto rejeitamos qualquer visão da escola que a leve de volta ao modelo unidimensional, unicamente preocupada com a instrução. Por outro lado,

CONGRESSO DA FNE

INTERVENÇÃO DO JOÃO DIAS DA SILVA

a Educação tem que constituir cada vez mais um espaço de responsabilização de todos, não sendo admissível que quem quer que seja se demita das suas responsabilidades.

Na escola, os seus professores, os seus técnicos, os seus administrativos e os seus auxiliares não podem ser os únicos depositários das responsabilidades que são de todos.

Basta de responsabilizar as escolas e os seus trabalhadores por todos os males da sociedade quando outros são responsáveis pela ausência de condições favoráveis ao exercício da actividade da escola.

Uma sociedade que não se ocupa toda ela da educação das suas crianças e dos seus jovens é uma sociedade que se demite de ter futuro.

Dos Governos se exige que assumam também aqui as suas responsabilidades: **não se pode querer melhores escolas, quando se promovem profissionais desgastados e agastados, quando as escolas não dispõem de recursos humanos e financeiros que lhes permitam responder aos problemas dos seus alunos.**

A qualidade da escola e na escola é assegurada pelos seus professores e pelos seus trabalhadores não docentes, e não contra eles ou apesar deles. Importa conquistá-los para os desafios da mudança. Não é pelo congelamento de salários ou pelo incumprimento de compromissos assumidos - como ocorre em relação aos retroactivos devidos aos Ajudantes de Cozinha e ainda em relação à integração dos trabalhadores em contrato administrativo de provimento; não é pela precariedade de emprego que afecta não docentes e docentes, quer dos ensinos básico e secundário, quer do ensino superior; não é pelo desgaste da imagem

dos trabalhadores da administração pública, apresentados tantas vezes com imagens que os desclassificam acerca das suas qualidades de trabalho e empenhamento profissional; não é pela flutuação de posições relativamente a matérias tão relevantes para as escolas como a da sua gestão ou a da definição do modelo de ciclos de escolaridade e sua articulação; não é pela supremacia de critérios cegamente economicistas e administrativos em múltiplas matérias e nomeadamente em relação ao reordenamento da rede escolar. Não é assim que se ganham os



trabalhadores para as mudanças necessárias; não é assim que se consegue a sua mobilização. É por isto que **as políticas educativas devem ser preparadas em espaços consensuais que não permitam permanentes mudanças de curso** e devem ser sujeitas a avaliações cuidadosas antes de se proceder à sua correcção: corremos o risco de substituir apenas uma má solução por outra má solução, com os inconvenientes que daí decorrem em termos de descrédito do sistema e dos seus agentes para os alunos, para as famílias e para a sociedade em geral.

O debate nacional sobre o futuro da educação em Portugal não pode ficar sujeito à tirania de uma maioria parlamentar conjuntural de suporte a um Governo. Sujeitarmo-nos a uma tal fronteira e a tais limites é castrar a possibilidade de encontrarmos soluções de qualidade, de futuro, de consenso e de estabilidade. ■

O longo percurso do regime jurídico do pessoal não docente



A FNE, além de entender a Escola como comunidade educativa, reconhece o seu papel nas relações família/escola, as desigualdades sociais existentes, o seu papel na integração do aluno no meio social e a necessidade do combate ao insucesso escolar. Todos estes factos levaram a FNE a desenvolver um processo negocial com o Ministério da Educação que se arrastou cerca de seis anos, e que

levou à publicação do DL515/99 do qual destacamos o seguinte:

- 1-** A integração no grupo de pessoal não docente de técnicos superiores com o objectivo de fazerem a ligação da escola/ família e combaterem as desigualdades sociais;
- 2-** A dignificação da carreira de Assistente de Administração Escolar, integrando esta

O longo percurso do regime jurídico do pessoal não docente

carreira administrativa no contexto da comunidade educativa, desenvolvendo concomitantemente com as funções administrativas funções de apoio aos alunos;

- 3- A criação de uma nova carreira para apoio ao aluno, a de Assistente de Acção Educativa, acessível a quem é titular do 12º ano, e com frequência de formação inicial em áreas de apoio ao aluno, etc.;
- 4- A valorização dos conhecimentos obtidos ao longo da vida profissional pelos Aux. A.E., permitindo-lhes o ingresso na nova carreira de Ass. A. E., independentemente das habilitações que possuísem;
- 5- A valorização da carreira dos trabalhadores da cozinha, com novas categorias e melhor enquadramento salarial.

Apesar do DL 515/99 ter entrado em vigor há quase cinco anos, a verdade é que não chegou a produzir efeitos, por falta de regulamentação.

O actual governo, logo na primeira reunião que teve com a FNE, comunicou que não regulamentaria aquele diploma, e que a carreira de Ass. A. E não seria implementada, que do grupo do pessoal não docente seriam retirados os Técnicos Superiores, com a posterior integração do pessoal não docente nas Autarquias.

Negociações terminaram sem acordo

Foi o respeito para com os postos de trabalho de milhares de trabalhadores da educação, e a nossa posição no sindicalismo, que privilegia a negociação, como primeiro passo a ser dado para ultrapassar qualquer conflito laboral, que nos sentámos à mesa das negociações com o ME, as quais foram interrompidas

por uma greve, como protesto contra a implementação dos contratos individuais de trabalho na Administração Pública.

As negociações chegaram agora ao fim, **sem acordo** entre a FNE e o ME, **por não abdicarmos da integração dos CAP como funcionários**, mas a FNE através da via negocial, alcançou as seguintes vitórias:

- 1- Manutenção dos Técnicos Superiores no grupo do Pessoal não Docente;
- 2- Manutenção do Pessoal não Docente na dependência do ME;
- 3- Implementação da carreira de Assistente de Acção Educativa, com acesso preferencial aos trabalhadores Não Docentes com o 12º ano e ou equivalente, após frequência de formação inicial.
- 4- Passagem da carreira de Aux. A.E. a carreira com dois níveis;
- 5- Pagamento faseado dos retroactivos aos cozinheiros, a Jan. de 2000, com início a Julho de 2004;
- 6- Prorrogação dos CAP de cinco para seis anos;
- 7- Abertura de Concursos de acesso e ingresso nas carreiras do pessoal não docente.

Os trabalhadores da educação vão ser confrontados com novos desafios e exigências no desempenho das suas funções. Não rejeitamos esses desafios porque já prestamos um serviço de excelência para com os nossos jovens. Necessitamos sim que o ME seja também responsável para com os seus trabalhadores, garantindo-lhes formação profissional, carreiras dignas e locais de trabalho com higiene, segurança e equipamentos adequados ao ensino que os jovens de Portugal desejam e merecem, o ensino de excelência. ■

O CAOS INSTALADO NOS CONCURSOS

Quando foram publicadas em Maio as primeiras listas provisórias de ordenação e exclusão referentes ao concurso para recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e ensinos básico e secundário para o ano 2004/2005, a FNE, de imediato, afirmou a sua preocupação junto da equipa ministerial, exigindo que se procedesse urgentemente ao apuramento de responsabilidades e à determinação das alterações processuais que evitassem repetição de situações semelhantes.

Ao exigir a publicação de novas listas, devido ao elevadíssimo número de situações irregulares sem qualquer justificação aceitável, a FNE esperou que o Ministério cumprisse o compromisso assumido de tratar com toda a abertura e empenhamento todas as reclamações apresentadas pelos professores.

Ao entender que este modelo de concurso era melhor para os professores candidatos, a FNE, no acompanhamento que fez de todo o processo, foi sempre alertando para a necessidade de se corrigirem todos os erros e falhas, de modo a que nenhum candidato fosse lesado nos seus direitos e fosse respeitado na íntegra o lugar que lhe era devido pela sua graduação profissional.

Todos temos consciência dos efeitos profundamente negativos que a publicação das listas cheias de erros incompreensíveis e inaceitáveis tiveram nas escolas e nos professores. A perturbação e a instabilidade provocadas tiveram consequências nefastas para os alunos e para a educação em geral. Além do mais, **a credibilidade dos concursos foi posta em causa**, frustrando expectativas legítimas quanto à aplicação de um diploma que, na sua filosofia, é favorável aos professores. E **tudo isto aconteceu por manifesta incapacidade e incompetência do Ministério da Educação** que, permitiu a divulgação das listas, que apenas mostraram erros e anomalias.

Tal falta de rigor e de exigência são inadmissíveis, sobretudo da parte de quem está sempre a exigir aos professores às escolas. A FNE já disse aos responsáveis do Ministério da Educação que já está esgotado o seu espaço técnico e político.



As novas listas graduadas divulgadas no dia 13 de Junho mantêm um número inaceitável de erros, fundamentalmente como consequência de o ME não ter cumprido o compromisso de apreciar todas as reclamações apresentadas em Maio.

A FNE continua a exigir o completo apuramento de responsabilidades para estas situações que não ocorriam desde os anos 80, considerando que os responsáveis políticos têm que retirar destes factos todas as consequências. ■

PROFESSORES CONTRATADOS NÃO SÃO DOCENTES DE SEGUNDA

FNE rejeita injustiças e discriminações

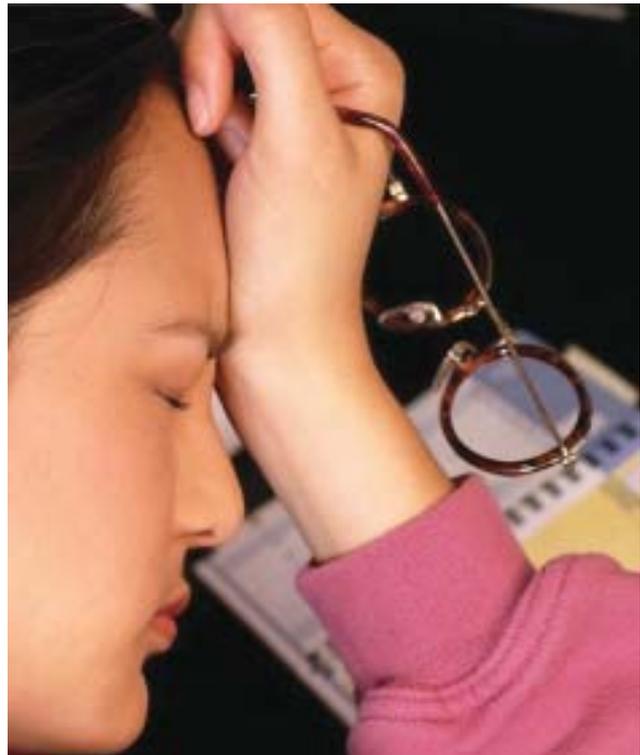
O Ministério da Educação apresentou uma primeira proposta de alteração da legislação que regulamenta a contratação de professores e que mereceu uma forte contestação da FNE, porque precarizava ainda mais a situação dos professores contratados.

Como resposta a esta contestação o Ministério da Educação apresentou uma nova proposta que já considera muitas das reivindicações feitas. Destas destacaremos duas:

- Nenhum contrato de substituição pode ser celebrado por um período inferior a 30 dias;
- O contrato considera-se em vigor até 31 de Agosto, desde que o professor contratado para substituição esteja ao serviço em 31 de Maio.

No entanto, a FNE considera que há medidas discriminatórias que ainda constam do articulado desta última proposta, as quais minimizam a importância e a dignidade destes professores. A FNE entende que se o sistema educativo recorre a estes docentes para garantir o bom funcionamento das escolas, não pode o Ministério maltratar estes profissionais, tratando-os com professores de segunda. Há dois aspectos que, no entender da FNE, são inaceitáveis e para os quais já foram apresentadas propostas de alteração. O primeiro tem a ver com a tentativa de imposição de um regime especial de justificação de faltas, o que é totalmente incompreensível. A FNE exige que seja aplicado, sem exceções, o regime de faltas da Administração Pública assim como, o que sobre a matéria de faltas está contemplado no Estatuto da Carreira Docente.

A segunda questão tem a ver com a ADSE. A FNE propõe que os professores contratados passem a usufruir dos mesmos direitos que os seus colegas do quadro desde o momento do início de funções, sendo suficiente uma declaração da escola em que o docente



está colocado. Esta declaração será válida até à recepção do cartão de beneficiário. Assim, os professores contratados passarão a ter direito a assistência médica e medicamentos a partir do primeiro dia do contrato.

Há ainda outros dois aspectos que a FNE entende como da mais elementar justiça serem considerados na revisão da portaria: a não existência de salários mais baixos no 1º ano de contratação e a inclusão dos cursos abrangidos pelo Artº 56º do Estatuto da Carreira Docente para efeitos remuneratórios.

A FNE quer que os professores contratados sejam respeitados. Não é admissível que o sistema se sirva do seu trabalho e não dignifique o seu trabalho. ■

LICENCIATURAS em EDUCAÇÃO

EFEITOS EM CARREIRA

- Reposicionamento em carreira
- Recálculo da classificação académica e, consequentemente, da profissional e
- Qualificação para cargos (que permite acelerar a carreira até três anos)

CARGOS PARA QUE QUALIFICA

Animação Sócio Cultural

- Vice Presidente do Conselho Executivo
- Adjunto do Director
- Assessor Técnico-Pedagógico
- Docente de Apoio Educativo
- Coordenador da equipa de coordenação de apoios educativos
- Elemento da equipa de coordenação de apoios educativos
- Docente destacado nas unidades de intervenção regional no âmbito dos apoios educativos

Administração Escolar

- Presidente do Conselho Executivo
- Director
- Vice Presidente do Conselho Executivo
- Adjunto do Director
- Assessor Técnico-Pedagógico
- Coordenador de Ano / Ciclo / Curso

Orientação Educativa

- Vice Presidente do Conselho Executivo
- Adjunto do Director
- Assessor Técnico-Pedagógico
- Coordenador de Ano / Ciclo / Curso
- Docente de Apoio Educativo
- Tutor
- Coordenador da equipa de coordenação de apoios educativos
- Elemento da equipa de coordenação de apoios educativos
- Docente destacado nas unidades de intervenção regional no âmbito dos apoios educativos

Pré-inscrições abertas

Encontram-se abertas pré - inscrições para a frequência no ano de 2004/2005 das Licenciaturas de Complemento de Formação previstas no Decreto-lei n.º 255/98.

A pré-inscrição pode ser feita através do preenchimento da ficha anexa que deve ser enviada pelo correio para **ISET / Rua Pereira Reis, 399 / 4200- 448 Porto**. Esta ficha também está disponível em <http://www.iset.pt> podendo então ser enviada para o E-Mail: iset@mail.telepac.pt

O ISET, tendo consciência da dificuldade de muitos professores em conciliarem a sua vida pessoal, familiar e profissional com a frequência da licenciatura fez a opção de leccionar o curso predominantemente aos sábados, e excepcionalmente em dias de semana, usando a dispensa para formação prevista no estatuto da carreira docente.

As aulas destas licenciaturas serão organizadas com metodologias apropriadas, de forma a que os formandos possam, conjuntamente com a sua vida profissional e familiar, fazer o curso com sucesso.

Ficha de manifestação de interesse em frequentar as Licenciaturas em Educação



Nome(em maiúsculas)

Morada

Cod. Postal Email @ .

Telefones (fora das horas de serviço) (nas horas de serviço)

Desejo inscrever-me (se desejar indicar mais que uma licenciatura indique a ordem da sua preferência)

1ª opção Licenciatura em

2ª opção Licenciatura em

3ª opção Licenciatura em

Hab. Académicas: Faculdade/Instituto/Escola

Trabalha: no ensino público no ensino particular numa IPSS